

**XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE**

**1. Dados da Reunião**

Data	Hora início	Hora término	Local
28/09/2020	09:07	12:20	Videoconferência

**2. Pauta**

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Metas Nacionais/Indicadores Justiça em Números
04	Análise da Execução Orçamentária
05	Situação das Ações de Retomada e Projetos Estratégicos
06	Planejamento Estratégico 2021-2026
07	Semana de Sentenças e Baixas
08	Agendamento XII RAE
09	Encerramento

**3. Participantes**

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	<b>Des. LOURIVAL de Almeida TRINDADE</b>	Presidência do TJBA e do CGOV	
02	<b>Des. Carlos Roberto Santos Araújo</b>	1º Vice-Presidência	Ausente
03	<b>Des. Augusto de Lima Bispo (Representado por Dr. Raimundo Braga)</b>	2º Vice-Presidência	
04	<b>Des. José Alfredo Cerqueira da Silva</b>	Corregedoria Geral da Justiça	
05	<b>Des. Osvaldo de Almeida Bomfim</b>	Corregedoria das Comarcas do Interior	Ausente
06	<b>Des. Nilson Soares Castelo Branco</b>	Diretoria da Universidade Corporativa	
07	<b>Juíza de Direito Eduarda Lima Vidal</b>	Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados	Ausente
08	<b>Juiz de Direito Fábio Alexsandro Costa Bastos</b>	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	
09	<b>Juíza de Direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino</b>	Coordenação dos Juizados Especiais	
10	<b>Clío Nobre Felix</b>	Chefia de Gabinete da Presidência	
11	<b>Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima</b>	Secretaria-Geral da Presidência	
12	<b>Pedro Lúcio Silva Vivas</b>	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
13	<b>Fabício Nascimento Ferreira</b>	Secretaria de Administração	
14	<b>Bianca Serra Araújo Henkes</b>	Secretaria Judiciária	
15	<b>Janaína Barreto de Castro</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas	
16	<b>Luis Augusto Bahiense Cardoso</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
17	<b>Fernanda Pinto Dantas Braga</b>	Controladoria do Judiciário	
18	<b>Moisés Bisesti de Queiroz</b>	Assessoria de Comunicação	Representado Kamila Santos
Nº	Nome de outros representantes convidados:	Representando:	Assinatura
19	<b>Juiz Cláudio César Braga Pereira</b>	Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	
20	<b>Juiz Jonny Maikel dos Santos</b>	Juiz Auxiliar	
21	<b>Juiz Marcos Lêdo</b>	Juiz Corregedor	
22	<b>Juiza Rita Ramos</b>	Coordenadora Geral da Unicorp	
23	<b>Adolfo de Souza Ferri</b>	Núcleo de Arrecadação e Fiscalização	
24	<b>Thais Fellipi</b>	Diretoria de Primeiro Grau	
25	<b>Alexsandro Silva Santos</b>	Diretoria de Planejamento Estratégico	
26	<b>Maria Cristina Carvalho Cunha</b>	Coordenadora de Projetos e Processos	
27	<b>Yves Christian Bernard Pavetto</b>	Assessor da SEPLAN	
28	<b>Pedro de Matos Souza</b>	Assessor da SEPLAN	

### XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE

29	Leonardo Oliveira	Assessor COJE	
30	Líbia Lima	Nugep	
31	Ricardo Franco	NAF	
32	Priscila Ávila	Seplan	
	Hévila Santana	Seplan	

#### 4. Abertura

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Des. Lourival Trindade, iniciou a Reunião da Análise da Estratégia agradecendo a presença de todos e passou a condução do evento ao Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas.

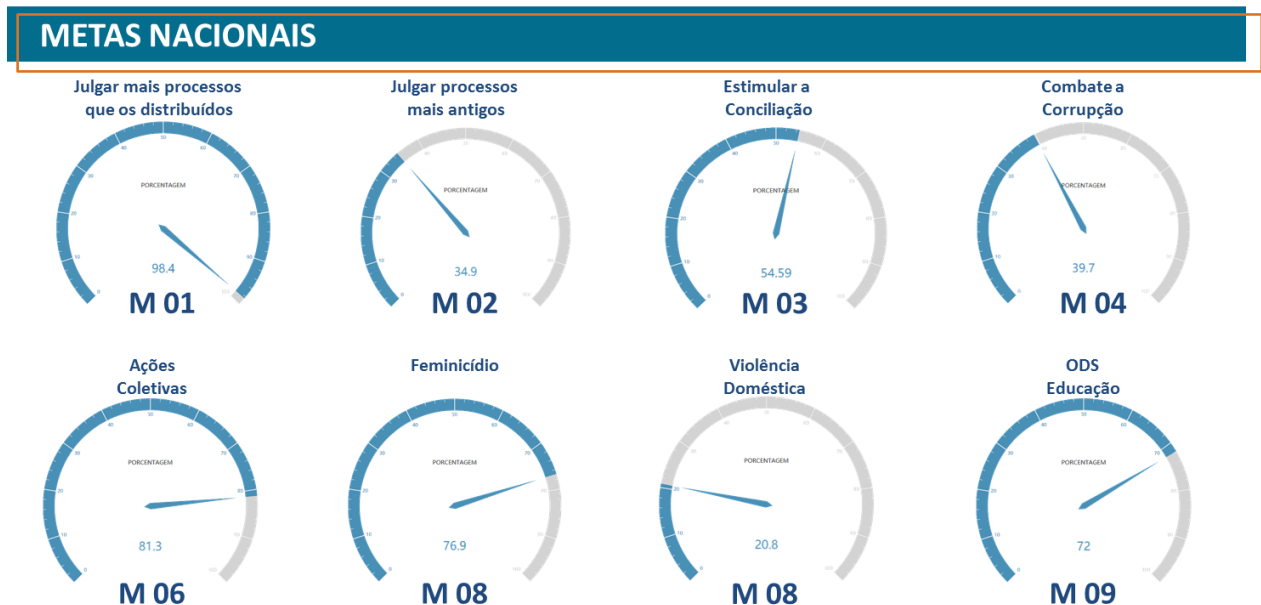
O Secretário agradeceu as palavras do Presidente do CGov e deu prosseguimento, passando as orientações de boas práticas em videoconferência e passou a palavra ao Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, para a leitura da XII RAE.

#### 5. Leitura da ATA da RAE anterior

O Secretário Geral da Presidência realizou a leitura da ata da RAE anterior e solicitou a manifestação dos participantes. Como não houve ressalvas, a ata foi aprovada oficialmente.

#### 6. Metas Nacionais

O Secretário de Planejamento e Orçamento apresentou a agenda do evento e deu início à apresentação das Metas Nacionais.



Dentre os pontos destacados constaram:

Meta 1 – o ideal é esse índice passe de 100%.

Meta 2 – historicamente é um número que o TJBA vem buscando melhorar.

Meta 3 e 4 – os índices estão bem abaixo da meta estabelecida, e projeta-se que não terão melhor desempenho para 2020, pois estamos quase no último trimestre do ano, a não ser que o Comitê de Governança decida implementar ações que os alavanquem.

Meta 6 – é possível que consigamos atingir a meta até o final do ano de 2020

Meta 8 – O TJBA apresenta melhor desempenho no Feminicídio que em casos de Violência Doméstica

Meta 9 – o índice ainda está com o mesmo valor da RAE anterior em razão da atualização ser apenas no início do mês de outubro, porém prevê-se que deveremos nos aproximar da meta.

Pedro Vivas ressaltou que o cenário está semelhante ao ano de 2019. Franqueou a palavra aos integrantes do CGov.

Dra. Fabiana Pellegrino esclareceu que na COJE, a Meta 2 vem sendo cumprida e com relação a Meta 1, os Juizados Especiais deverá ter um resultado expressivo, porém ainda não desejável. Com relação à Meta 9, a Coordenadora da Coje solicitou explicação, pois a prospecção da

### XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE

Coordenação é de que já se havia alcançado o índice estabelecido, porém, conforme orientação da Seplan, deveriam separar a atividade das Turmas e das Unidades Monocráticas, o que diferenciará o alcance do que foi estabelecido para a Coje em cada uma delas. O Secretário de Planejamento e Orçamento passou a palavra ao Diretor de Planejamento Estratégico, Alessandro Santos. O Diretor explicou que as metas são unificadas para os Tribunais, mas o sistema de lançamento disponibilizado pelo CNJ separa por instâncias. A informação deve ser prestada de forma separada. Com relação especificamente à Meta 9, esta é formada não só pelo julgamento dos casos, há também o envio do plano de ação e sua execução. O Diretor de Planejamento inclusive observou que para essa meta especificamente o número de processos nos juizados especiais é maior até do que no primeiro grau. O Diretor concluiu ratificando que a separação por instâncias se dá por exigência do CNJ. Dra. Fabiana Pellegrino ponderou que as Turmas não configuram 2º no sistema, mas compreendeu ser uma separação originária do CNJ, embora as Turmas não seja 2º Grau. Agradeceu a explicação do Diretor de Planejamento Estratégico. O Secretário de Planejamento e Orçamento acrescentou que o CNJ faz essa separação para todas as metas.

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, ressaltou sua preocupação em relação às metas que o TJBA não tem números satisfatórios e sugeriu que sejam criados grupos de trabalho específicos para que as unidades consigam trabalhar de forma conjunta e, assim, conseguirmos melhorar o desempenho do Tribunal. O Secretário lembrou que a Meta 2, especificamente, é um ponto fraco, não só do TJBA, mas de muitos Tribunais. No entanto, considerou que com a virtualização do acervo na área cível, as ações poderão ser mais direcionadas aos processos de Meta 2. A DPG inclusive já faz o envio de processos de Meta 2 para as Unidades, o que facilitará um possível trabalho de um grupo que seja direcionado à esse propósito de alcance da referida meta. Enfatizou sua sugestão com relação à criação de grupos específicos para esse fim.

Des. Nilson Castelo Branco questionou quais os critérios de apuração da Meta 4 – Combate a Corrupção. O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas respondeu que são ações, processos que tramitam no TJBA que versem sobre os temas de improbidade administrativa e de crimes de corrupção. O Diretor de Planejamento Estratégico, Alessandro Santos, acrescentou que as classes e os assuntos que são considerados na apuração da meta são estabelecidos pelo CNJ. O Desembargador questionou se seria improbidade administrativa na área cível em nível de recurso e corrupção na área das ações penais originárias. Alessandro Santos informou que o CNJ também separa essa meta por instâncias. Nesse caso separa-se 1º e 2º graus. Normalmente o 2º grau cumpre essa meta, o 1º grau tem mais dificuldade. O Desembargador compreendeu a explicação, porém esclareceu que julgar processos relacionados à corrupção não significa combater a corrupção como descreve a Meta 4. Des. Nilson Castelo Branco lembrou que o papel de combater a corrupção é das políticas públicas, dos órgãos de segurança pública e do Ministério Público, não sendo essa tarefa de responsabilidade do Tribunal de Justiça. Acrescentou que o que pode ser feito no âmbito do Tribunal de Justiça é priorizar o julgamento dos processos relativos ao tema, mas combater a corrupção não está na alçada do TJBA. O Desembargador questionou a origem dessa Meta e quem a estabeleceu.

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, concordou com o Desembargador, afirmou que a meta já existe há algum tempo e essa questão de nomenclatura já foi discutida em diversas reuniões no CNJ, para que ficasse claro o papel dos tribunais. No entanto, o CNJ não fez nenhuma modificação com relação ao título da Meta 4, mas o seu conteúdo é exatamente o julgamento das ações e não o efetivo combate à corrupção.

O Desembargador Nilson Castelo Branco afirmou que o CNJ deve estabelecer uma política de prioridade no julgamento das ações, mas preservando a independência do julgador e sua imparcialidade. Questionou se para as ações originárias, o Tribunal está submetido a alguma meta como já ocorreu no passado. Alessandro Santos informou que para ações penais originárias conta como Meta 2 e como Meta 1. O Desembargador questionou o prazo, a partir de que tempo as ações originárias contam para a Meta 4. O Diretor de Planejamento respondeu que para as ações penais que não estão classificadas como corrupção ou improbidade administrativa contam para a meta 1 e meta 2 a partir de 2016. Se estiver classificada como crime de corrupção e improbidade administrativa contará para a Meta 2 e para a Meta 4, também a partir de 2016.

O secretário Pedro Vivas acrescentou que o CNJ inclusive colocou como Macrodesafio Estratégico o Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, dada a relevância para a sociedade para o tema.

Desembargador Nilson Castelo Branco concluiu sua fala afirmando que sempre foi dada prioridade às ações penais no acervo do Tribunal, não recordando de nenhum caso de prescrição de ações penais originariamente sob sua relatoria, bem como a ações relacionadas à feminicídio ou violência doméstica. Finalizou afirmando ser a área colegiada criminal do PJBA de vanguarda no Brasil, com excelência no julgamento desses processos.

O Presidente do TJBA, Des. Lourival Trindade, solicitou a palavra para concordar com o Desembargador Nilson Castelo Branco e considera muito pertinente quando fala sobre a terminologia que se prestou e delineou o combate à corrupção. Isso “refuge às completas a condição de imparcialidade que vigora na magistratura, precisa-se acabar com a mentalidade inquisitorial em que o juiz vai em busca de prova e vai “combater””. Combater é uma terminologia de uma inadequabilidade sem parelhas. O juiz não pode combater corrupção, aliás, quem estuda um mínimo do sistema penal não utiliza nem o termo combate à criminalidade. O termo enfrentamento seria mais adequado. Buscar as causas da criminalidade

### XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE

sim, mas combater não seria adequado. O Des. Lourival Trindade inclusive entende o CNJ adote a nomenclatura como forma de estimular as ações dos Tribunais, mas também concorda com o Des. Nilson Castelo Branco que não condiz com a atividade que é feita no Tribunal de Justiça da Bahia.

O Secretário de Planejamento e Orçamento reforçou que a Secretaria de Planejamento já solicitou por algumas vezes ao CNJ a mudança da nomenclatura de meta 4, mas não obteve êxito.

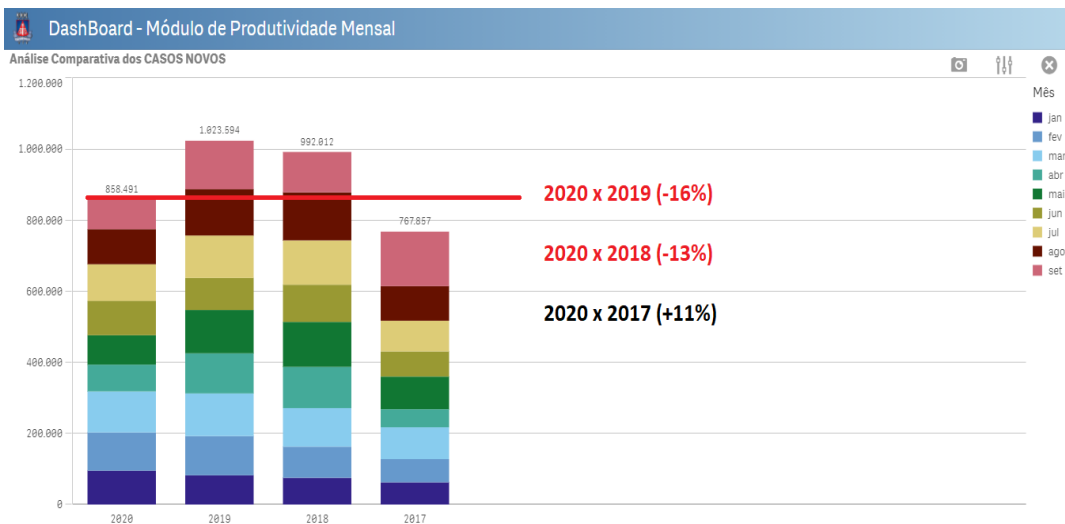
A Coordenadora dos Juizados Especiais, Dra. Fabiana Pellegrino fez um questionamento acerca da Semana de Sentenças e Baixas (SSB). Durante a SSB permite-se o encaminhamento dos processos que tem pendências quanto ao recolhimento de custas para o Núcleo de Arrecadação e Fiscalização (NAF), isso tem causado preocupação à magistrada, pois boa parte dos processos é enviada extemporaneamente (fora da SSB) e tem gerado a necessidade do regresso deles para as unidades. Na prática o que se percebe é que não há êxito nesse trâmite. A Coordenadora dos Juizados Especiais solicita uma análise acerca desse procedimento. Lembrou que houve um acréscimo que triplicou a arrecadação no mês.

O Secretário de Planejamento e Orçamento informou que o tema será abordado no decorrer da reunião.

#### 7. Indicadores Justiça em Números

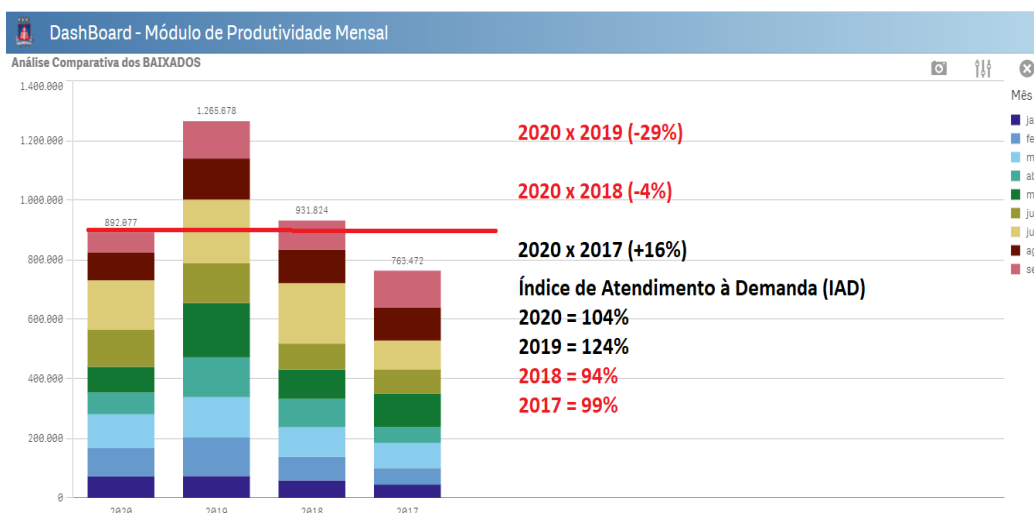
A apresentação feita pelo Secretário de Planejamento e Orçamento fez uma análise comparativa dos indicadores nos anos de 2020 e anos anteriores.

##### Número de Casos Novos



O Secretário de Planejamento e Orçamento observou que o menor número de casos novos em 2020 em comparação aos anos de 2018 e 2019 pode-se dever ao momento da pandemia pelo qual estamos passando.

##### Número de processos baixados

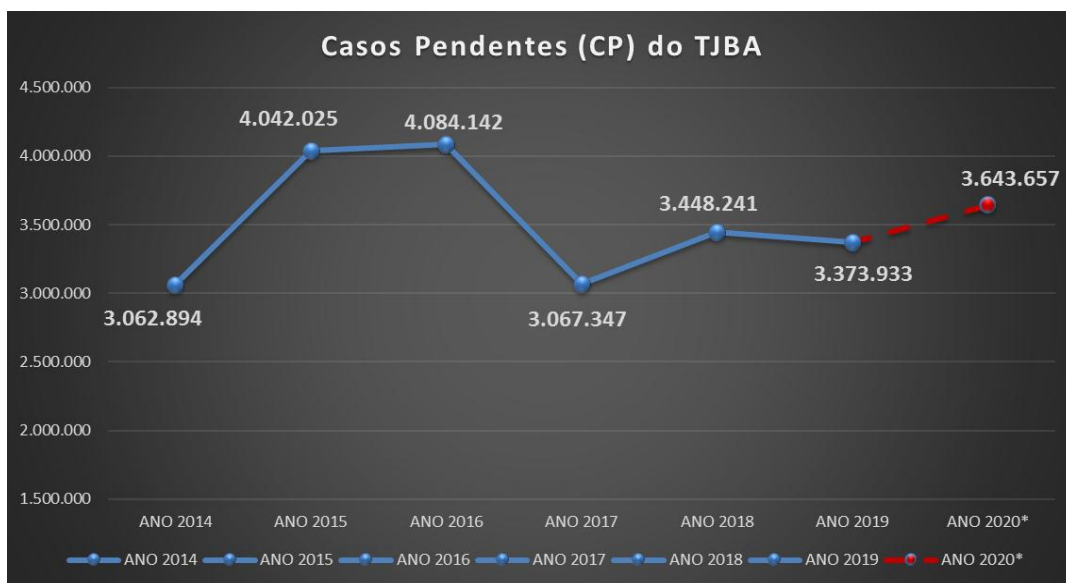


**XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE**

O Secretário de Planejamento e Orçamento frisou a importância de voltarmos a atenção às baixas tendo em vista a grande diferença entre os anos de 2019 e 2020. Assim como para o Índice de Atendimento à Demanda que deve ser maior que 100% e o TJBA esteve com 124% em 2019 e está com 104%.

Quanto às projeções para o encerramento de 2020, em relação ao IAD ficaríamos em 100%, que é o mínimo de atingimento da meta e quanto aos Processos Baixados a queda seria de 1.710.932 processos para 1.131.666, porém o valor ficaria próximo ao do ano de 2018.

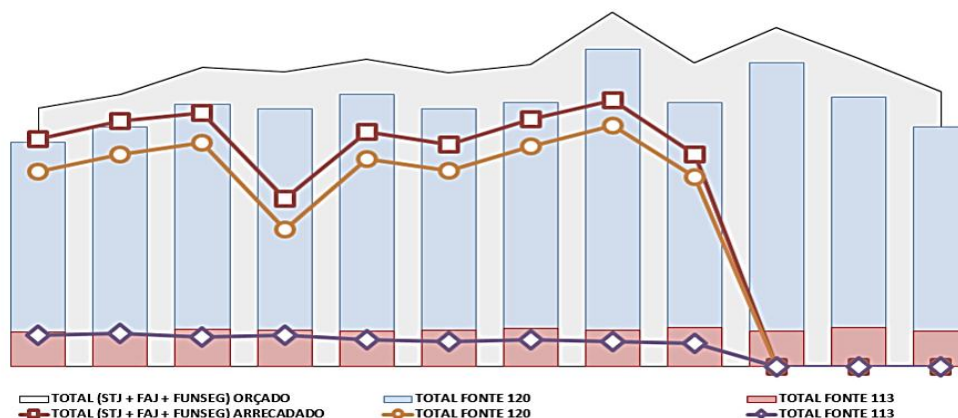
Dessa maneira os casos pendentes tendem a aumentar como mostra o gráfico.



O Diretor de Planejamento Estratégico, Alexsandro Santos, acrescentou que no Encontro Nacional da Rede de Governança os gráficos de todos os tribunais apresentam-se com uma configuração bastante semelhante à do PJBA, em razão do contexto vivenciado por todos. O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, informou também que o IPCJus do TJBA foi de 100%.

**8. Orçamento**

O Secretário de Planejamento e Orçamento apresentou o gráfico abaixo:



### XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE

Pedro Vivas informou que já está sendo feito o acompanhamento diário da arrecadação com o Núcleo de Arrecadação e Fiscalização, Diretoria de Finanças e Arrecadação e Secretaria Geral da Presidência, que as ações de contenção vêm sendo mantidas, a expectativa é que em 2021 o cenário econômico melhore e consequentemente o efeito para o TJBA seja positivo.

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, observou que o orçamento de custeio já nasce deficitário, pois a previsão de orçamento para o ano subsequente não contempla algumas ações que são necessárias e que aparecem após a aprovação da LOA. Felizmente o que ocorre é que a arrecadação normalmente tende a ser maior que a prevista na LOA, mas esse ano especificamente a arrecadação diminuiu. O Secretário parabenizou o Presidente e todos os secretários pelas medidas que foram tomadas no sentido de conter os gastos, o que propiciará o encerramento do exercício com as contas em equilíbrio. Franco Bahia reforçou a necessidade de focar no aumento da arrecadação nos próximos anos, principalmente nas unidades judiciais, seja com mais capacitação dos servidores e melhoria dos sistemas.

#### 9. Ações de retomada Covid-19

Pedro Vivas falou sobre as ações de retomada que, dentre as 12 elencadas na XII RAE, não foram elevadas à projetos estratégicos.

Finalizar o processo de atualização do Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares do PJBA – A Seplan já contactou todas as unidades, já recebeu diversas contribuições, as quais o Secretário agradeceu, as propostas foram compiladas e já está sendo feita a nova estrutura organizacional e elaborado o documento que será apresentado à Presidência. Caso seja aprovado será encaminhado à Comissão de Reforma para que os Desembargadores façam as emendas que acharem necessárias.

O Secretário enfatizou que a proposta contempla novos cenários e profissões para o PJBA.

A ação da Setim referente à Racionalização de Recursos de Tecnologia da Informação foi apresentada pelo Secretário Luis Bahiense. O regimento sobre tal ação foi aprovado pela Presidência e os equipamentos já serão adequados conforme a norma.

Sobre o Regime de Teletrabalho a Secretária Janaína Castro informou que o documento está na Chefia de Gabinete em fase de envio para a Comissão de Reforma. O documento foi revisado pela Segesp, Chefia de Gabinete e Comitê de Gestão de Pessoas.

#### 10. Situação do Portfólio de Projetos Estratégicos

Início	Quantidade	% Projetos	% Execução Média	Observação 01	Observação 02
2017	2	14,3%	94,5%	Reagendamento anterior ao término de 2020.	Precisamos finalizar.
2018	6	42,9%	59,5%	Muito atrasos e replanejamentos.	Média Baixa, precisamos alavancar para finalizar.
2019	0	0,0%	0,0%	Todos Executados.	Produtos Entregues.
2020	6	42,9%	44,3%	Originados das Ações de Retomada.	Importante aumentar ritmo da execução.
Todos	14	100,0%	14,2%	Número permite ampliação.	% Execução baixo.

O Secretário de Planejamento e Orçamento ressaltou os seguintes pontos: ainda existem 2 projetos que iniciaram em 2017 e ainda não foram concluídos, o que por um lado mostra que o projeto passa por mais de uma gestão e continua sendo acompanhado, porém necessita de uma verificação para saber o que falta para encerrar.

Quanto aos projetos de 2018 há a necessidade de alavancar suas execuções pelo Comitê de Governança.

Quanto aos projetos de 2020 é importante aumentar o ritmo de execução a fim de que possamos ter mais capacidade de executar novos projetos em 2021.

### XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE

Sobre o projeto de Migração do SAJ para o PJE, a Diretora de Primeiro Grau, Thais Fellipe, solicitou a suspensão tendo em vista que o migrador do SAJ para o PJE foi finalizado na 4ª Vara de Família, ao buscar avançar para as demais unidades verificou-se que está sendo criado o migrador do 2º Grau, que viabilizará a digitalização de todos os processos físicos entrantes no 2º Grau. Dessa maneira, considerou-se que o projeto do migrador do SAJ para o Pje deve aguardar a criação do migrador do 2º Grau, pois ajudará em sua execução com relação aos processos físicos. Solicitou a retirada temporária do projeto do portfólio estratégico para retornar posteriormente quando o migrador do 2º grau estiver pronto.

Dr. Cláudio Césare questionou se a suspensão do projeto significa a interrupção da criação do Migrador. O Secretário Geral da Presidência esclareceu que a suspensão da migração do SAJ para o Pje é justamente para viabilizar a digitalização dos processos do 2º Grau, da 2ª Vice-Presidência e do Núcleo de Precatórios. Franco Bahia explicou que havia uma equipe dedicada ao migrador do SAJ para o Pje no 1º grau que trabalhava na seara Cível que já é digital, já existe SAJ Digital no 1º Grau. Existem processos que já são digitais para migrar para o Pje e existem processos físicos que devem migrar para o Pje. A opção feita foi migrar essa equipe para digitalizar os processos, viabilizar essa digitalização e dedicar-se ao migrador no 2º grau e ao SAJ Criminal que são os gargalos existentes para digitalização.

A Secretária Bianca Henkes afirmou que o Migrador do 1º Grau está pronto, mas será suspensa a implantação nas demais unidades até que o migrador do 2º Grau esteja pronto.

Dr. Raimundo Braga concorda com a suspensão, pois as unidades que seriam contempladas já trabalham de forma digital e as demais unidades necessitam dessa digitalização para posterior migração. Acredita que no início do ano de 2021 pelo menos na área Cível não haverá mais processos físicos no Tribunal.

Dr. Cláudio Césare mostrou sua preocupação quanto à suspensão do Migrador, pois a quantidade de processos existente no Núcleo de Precatórios é grande e é extremamente necessária a continuidade do migrador.

Franco Bahia esclareceu que é o que está sendo feita é exatamente a priorização do migrador do 2º grau.

A Diretora de Primeiro Grau, Thais Fellipe reforçou que é exatamente o foco da instituição priorizar as digitalizações e posteriormente retomar o Migrador para o 1º grau.

A suspensão do projeto foi aprovada pelo Comitê de Governança.

A Coordenadora de Projetos e Processos, Cristina Cunha apresentou os quadros:

UNIDADE	PROJETOS	DATA INÍCIO	DATA DE TÉRMINO PLANEJADA	DATA DE TÉRMINO REPLANEJADA	% CONCLUSÃO EXECUÇÃO	DATA DE ATUALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO
CGJ	TODOS JUNTOS CONTRA O FEMINICÍDIO	12/06/18	09/08/19	25/06/21	39%	25/09/20	Promover em 2018 programa institucional evidenciando a importância da jurimetria processual sob a perspectiva de gênero, os fatores de risco e para fortalecer as instituições e uso do protocolo com vista à aplicação das Leis e Tratados Internacionais de combate à violência contra as mulheres.
CGJ	COORDENAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE MANDADOS - CCM	12/06/18	08/03/21	07/06/21	79%	25/09/20	Implantar a Coordenação de Cumprimento de Mandados (CCM).
CGJ	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PJEOR	01/06/20			53%	25/09/20	Promover a operacionalização do sistema PjeCor nas Corregedorias (CGJ, CCI, NEJ), Conselho da Magistratura, Tribunal Pleno e Gabinete Desembargadores, até 31 de dezembro de 2020, considerando a determinação do CNJ de utilização de plataforma única do "Processo Judicial Eletrônico".
CGJ/COJE	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CÁLCULOS JUDICIAIS	07/05/18	18/03/19	11/01/21	74%	25/09/20	Implantar Sistema de Cálculos Judiciais até Março de 2019.
COJE	IMPLANTAÇÃO DA QUEIXA CIDADÃ	15/05/18	23/03/20	14/10/20	98%	25/09/20	Desenvolver aplicativo de smartphone e portal web para geração de queixa devendo o resultado do cadastramento originar o Jus Postulandi.
COJE	CAMPANHA RECOLHER LEGAL	25/03/20	11/03/21	11/03/21	13%	25/09/20	Objetiva aumentar a arrecadação do Poder Judiciário, executando a Campanha "Recolher Legal", até dezembro de 2020, com a implementação de ações de orientação, fiscalização e medidas de responsabilização legal, bem como saneamento de todos os processos que atualmente constam na Central de Custas Judiciais – CCJUD, colimando mais proatividade na dinâmica do recolhimento das custas.
COJE	INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA COJE	02/03/20	07/12/21	07/12/21	28%	25/09/20	Até Dezembro de 2021, desenvolver soluções em Tecnologia da Informação para o Sistema dos Juizados Especiais que promovam a automação de rotinas, simplificação de procedimentos, redução de custos e o consequente aumento da celeridade processual.

**XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE**

UNIDADE	PROJETOS	DATA INÍCIO	DATA DE TÉRMINO PLANEJADA	DATA DE TÉRMINO REPLANEJADA	% CONCLUSÃO EXECUÇÃO	DATA DE ATUALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO
NAF	APRIMORAMENTO DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO	07/04/17	29/01/20	10/12/20	92%	24/09/20	Aprimorar os processos de Gestão e Fiscalização da Arrecadação.
CTJUD	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO	17/05/18	26/02/19	09/03/21	64%	24/09/20	Implantar Unidade de Acompanhamento de Gestão até dezembro de 2018.
SEIUD-DPG	CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE GOVERNANÇA COLABORATIVA REGIONAL	13/07/20	02/02/21	02/02/21	38%	25/09/20	Capacitar os 22 juízes coordenadores da Rede de Governança Colaborativa Regional, estabelecida pelo decreto judiciário nº 311/2019 e garantir que os Planos Diretores Anuais de suas unidades sejam elaborados até 31/12/2020.
SEIUD-DPG	CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DE DESEMPENHO NO 1º GRAU	08/04/20	21/06/21	07/01/21	47%	25/09/20	Realizar ações para fomento do cumprimento de metas nacionais de desempenho (metas 2 e 9 do CNU) nas unidades do 1º Grau do Poder Judiciário do Estado da Bahia, até dezembro de 2020. - Efetiva redução do acervo das unidades judiciais do 1º grau, relativo às metas de desempenho do CNU
SETIM	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA	07/06/17	11/12/18	13/10/20	97%	25/09/20	Implantação Sistema de Videoconferência em 60 Unidades do TJBA.
SGP	GERENCIAMENTO MATRICIAL DE DESPESAS - GMD	13/04/20	29/07/20	11/11/20	87%	25/09/20	Implantar o Gerenciamento Matricial de Despesas - GMD com dados atualizados das despesas de todas as unidades do PJBA até agosto de 2020.
SEGESP	POPULUS	03/09/18	03/02/22	13/02/23	3%	25/09/20	Projeto de aquisição e implantação do novo sistema de Gestão de Pessoas do TJBA. Em fase de Replanejamento.

Cristina Cunha elogiou todos os gerentes de projeto, que atualizaram seus projetos na ferramenta, e ressaltou a importância da sua utilização na gestão das atividades. Foram apresentados os percentuais de execução e as unidades se manifestaram com relação às atividades executadas.

Sobre os projetos estratégicos as principais deliberações foram:

**Implantação da Unidade de Acompanhamento de Gestão (CTJUD)** – encontra dificuldades na captação do servidor para a unidade, pois não há como movimentar servidores do 1º Grau para o 2º Grau, devido à priorização do Primeiro Grau, informação dada pela Controladora Chefe e confirmada pela Chefe de Gabinete, Clio Nobre. Pedro Vivas sugeriu que após a captação do servidor o projeto fosse finalizado e as demais atividades fossem acompanhadas como processo. A Controladora Fernanda Dantas afirmou que o projeto está na RAE por ser uma ação concreta de acompanhamento do Comitê de Governança e que é requisito do TCE para melhorar o acompanhamento do controle interno das áreas administrativa. Fernanda Dantas afirmou que já existe inclusive um Manual para a instituição no sentido de orientar quanto às ações de controle.

**Projeto Populus** – a secretária Janaína Castro informou que é preciso formar equipe capacitada para gerir esse projeto antes de iniciar processo de licitação, por isso foi feita sua reprogramação. O secretário Luis Bahiense esclareceu as fases que foram executadas e confirmou a necessidade de equipe especializada.

**Todos Juntos contra o Femicídio** – Dr. Marcos Ledo informou que o entrave reside na exigência da ONU do documento ter tradução juramentada. O projeto ficou parado por questão econômica por não ter verba para o serviço. O Tribunal solicitou à ONU a permissão de utilizar tradução feita por servidor interno e homologação por procedimento administrativo. Nesse momento o projeto está aguardando essa decisão.

Des. Nilson Castelo Branco questionou quem faz as traduções das cartas rogatórias. Dr. Marcos Ledo respondeu que as cartas rogatórias são feitas através do Ministério da Justiça. Ainda sobre as traduções que precisam ser feitas em outros processos, o Desembargador questionou quem faz as traduções. Dr. Marcos Ledo desconhece esse procedimento. Dr. Cláudio Césare informou que solicitou em outro caso o serviço de tradução feita por perito e foi acatada. Dr. Marcos Ledo solicitou que caso fosse deliberado pelo Comitê de Governança a autorização de liberação de verba para esse tipo de serviço, que não é um processo judicial, então os peritos não podem ser requisitados para isso. O Juiz assessor acrescentou que os orçamentos que foram feitos anteriormente não eram compatíveis com a verba disponibilizada.

Dr. Raimundo Braga sugeriu termo de cooperação entre universidade federal e Unicorp, porém conforme esclarecimento da Coordenadora Geral da Unicorp, Dra. Rita Ramos, tal serviço não está elencado nas atribuições da Universidade Corporativa.

### XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE

Diante do contexto, Dr. Marcos Ledo, solicitou que fosse colocada em votação do CGov a abertura de licitação para contratação de tradutor juramentado.

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, lembrou que o banco de peritos que existe hoje é destinado à área judicial, inclusive com tabela de valores. Considera que seja possível elaborar regramento interno para que se tenha um bando de peritos para a área administrativa, para casos de natureza semelhante à do caso em discussão. O Secretário acrescentou que a Corregedoria tem orçamento próprio e poderia utilizá-lo. Embora não tenha conhecimento do valor estimado, acredita que pode haver uma normatização específica para esse fim.

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, concordou com o Franco Bahia inclusive porque esse poderá não ser o único caso no Tribunal, outros poderão surgir. Nada impedindo que nesse primeiro momento seja viabilizado o orçamento da Corregedoria para prosseguir com um processo de licitação e contratação do tradutor juramentado.

Dr. Marcos Ledo alertou para que uma inclusão de nova matéria no sistema de peritos pode gerar transtornos, pois já o mesmo está consolidado e acredita que seria melhor fazer fora do sistema.

Des. Nilson Castelo Branco ratificou que tal serviço não faz parte do escopo de atividades da Unicorp e alertou sobre o máximo cuidado na tradução para que não tenhamos um trabalho feito por amadores.

Dr. Fábio Alexandro colocou-se à disposição para colaborar na resolução da questão, assim como o Secretário Geral da Presidência e o Secretário de Planejamento e Orçamento no caso de ser necessário viabilizar ação orçamentária.

Des. José Alfredo lembrou que a contratação e o serviço de peritos é ligado à Presidência além do orçamento da Corregedoria ser compartilhado entre Corregedoria Geral e Corregedoria das Comarcas do Interior. Dr. Jonny Maikel reiterou as palavras do Des. José Alfredo acrescentando que o orçamento da Corregedoria está muito reduzido e só as inspeções já consomem quase todo o valor. O magistrado entende que o serviço de perícia está a cargo da Presidência e deve continuar, pois o orçamento da Corregedoria é muito pequeno e ainda compartilhado entre Capital e Interior.

*O Secretário Pedro Vivas solicitou então que na próxima Reunião de Análise da Estratégia sejam levados valores e as propostas para a contratação para deliberação do CGov.*

**Coordenação de Cumprimento de Mandatos** – Dr. Marcos Ledo solicitou o encerramento do projeto, tendo em vista que o item restante para sua conclusão não é mais viável para o Tribunal, pois já existe outro produto sendo elaborado e servirá ao mesmo propósito. O Comitê aprovou o encerramento do projeto Coordenação de Cumprimento de Mandatos.

**Implantação do PjeCor** – a linha de base do projeto ainda não foi salva em razão de o cronograma das demais unidades ainda estar pendente. Dr. Fábio Alexandro corroborou informando como Presidente da Grupo de Trabalho de implantação do PjeCor, que o sistema precisa ser implementado no Tribunal Pleno, Conselho da Magistratura e Gabinetes dos Desembargadores. Foram feitas sugestões à Administração, ocorrerá uma audiência em 30 de setembro, porém a definição do cronograma é da equipe técnica em conjunto com o Presidência do Tribunal

**Recolher Legal** – Dra. Fabiana Pellegrino acrescentou à apresentação do cronograma feita pela servidora Érica Baptista que a integração com o Projudi está programada para janeiro de 2021 e Pje e demais sistemas para março de 2021. Observou que tão logo seja feita a integração os resultados serão multiplicados, não havendo dúvida de que os servidores, como têm tarefas múltiplas, ter um sistema como apoio para suas atividades é imprescindível. A magistrada registrou que nesse momento de capacitação percebe-se que há boa vontade por parte dos servidores, tendo consciência de seus papéis, porém querem ferramentas. Dessa maneira, além da própria capacitação ser importante, a primordial ferramenta é a integração que permitirá com segurança entregas mais céleres, e, portanto, um recolhimento melhor.

Os demais projetos tiveram seu andamento apresentado pelas unidades, sem necessidade de observações ou de deliberação pelo CGov.

#### Deliberação projeto Implantação do Pje Criminal

A Diretora de Primeiro Grau, Thais Fellipi, apresentou o projeto para aprovação do CGov, como estratégico.

##### DETALHES

**NOME DO PROJETO:** Implantação do PJE Criminal

**ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:** garantir a agilidade nos trâmites judiciais, extrajudiciais e administrativos; garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TIC

**DESCRIÇÃO:** Implantação do PJE nas unidades judiciárias de primeiro grau (exceto juizados) que atuam em processos criminais e capacitação das respectivas equipes de servidores. Não inclui a etapa de desenvolvimento de software.

**JUSTIFICATIVA:** Existência de sistemas judiciais dispersos e desatualizado.

### XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE

---

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia sugeriu que seria mais interessante deixar o Projeto Pje Criminal como uma entrega do Projeto do Pje que já existe. A Diretora de Primeiro Grau acatou a sugestão e o projeto será ajustado e será acompanhado como parte do projeto de Implantação do Pje.

#### 11. Planejamento Estratégico 2021-2026

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, apresentou o andamento das atividades já realizadas e as que serão realizadas relacionadas ao Planejamento 2021-2026.

##### SITUAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO 2021-2026

###### Ações executadas:

- ✓ *Coleta das informações das Unidades relacionadas ao Plano Estratégico Departamental (Missão, Visão, Análise SWOT, Iniciativas e Objetivos Departamentais)*
- ✓ Elaboração dos Objetivos Estratégicos do PJBA – análise de resoluções, determinações legais, diretrizes do Poder Judiciário Nacional e objetivos departamentais enviados pelas unidades.
- ✓ Consulta Pública – realizada com o objetivo de priorizarmos os objetivos contanto com a opinião do público interno e externo.
- ✓ Compilação do resultado da consulta.
- ✓ Elaboração do conteúdo do Mapa Estratégico do PJBA

##### SITUAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO 2021-2026

###### Ações em Andamento:

**Fase 01** – Elaboração das apresentações para as unidades acerca dos resultados da consulta e devolutiva do material enviado por elas.

**Fase 01** - Elaboração gráfica do Mapa Estratégico do PJBA (em parceria com a Ascom) – primeira semana de outubro.

###### Ações a executar:

**Fase 01** – Reunião com as unidades - primeira semana de outubro

**Fase 02** – Definição dos indicadores – segunda semana de outubro

**Fase 03** – Elaboração do Plano Estratégico do PJBA e envio à Comissão de Reforma

#### 12. Semana de Sentenças e Baixas

Foi colocado em votação o formato (virtual, presencial, suspensão de prazos) da Semana de Sentenças e Baixas, após breve discussão sobre uma possível alteração do período de realização do evento, em razão de treinamento da equipe do Núcleo de Arrecadação e Fiscalização no sistema SCR. O Diretor do NAF, Adolfo Ferri, ponderou que o treinamento possibilitará um melhor desempenho na Semana de Sentenças e Baixas. No entanto, após consideração feita por Ricardo Franco (NAF) que caso os processos com custas sejam remetidos diretamente à central de Custas como ocorreu nas semanas anteriores a alteração de data seria desnecessária. Caso os próprios Diretores tenham que fazer a análise das custas, o curso seria importante antes da Semana de Sentenças e Baixas. O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, discordou da proposta de mudança de data considerando que as programações das Semanas de Sentenças e Baixas são feitas nas Reuniões de Análise da Estratégia com antecedência suficiente

### XIII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XIII RAE

---

para que as demais áreas programem suas atividades de forma a não coincidirem entre si. A Coordenadora Geral da Unicorp, Dra. Rita Ramos, informou que a solicitação do curso feita pelo NAF está em andamento na Unicorp aguardando a chegada do material e tão logo seja concluído, o ambiente virtual da Unicorp está preparado para a realização da capacitação. Dessa maneira, o período continuou de 05 a 09 de outubro e o formato prevalecerá como o da Semana de Sentenças e Baixas anterior. O Diretor de Planejamento Estratégico, Alexsandro Santos informou que o ato conjunto será enviado ao término da reunião para publicação.

Antes que o próximo tópico da reunião fosse iniciado, o Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização, Luis Bahiense, informou que o Plano de Continuidade do Negócio (permite que o Tribunal tenha um plano de contingência em situações de crise), apresentado na primeira RLA do ano, foi suspenso em razão da pandemia. No entanto, em razão de sua extrema importância, o Secretário solicitou que na próxima RAE, possa apresentar proposta de projeto estratégico nesse sentido.

#### 13. Agendamento Próxima RAE

A data de 17 de novembro foi aprovada pelo CGov

#### 14. Encerramento

O Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Des. Lourival Trindade, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 12:20.